

GDF retira 270 famílias invasoras de área pública

Rafania Almeida

A terceira grande derrubada deste ano promovida pelo Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo) contou com a colaboração dos invasores da Colônia Agrícola Aguilhada, em São Sebastião. Desiludidos com a chegada de 310 homens da Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e Serviço de Limpeza Urbana (SLU), os próprios moradores começaram a desmontar os 150 barracos de lona e madeira instalados na área.

De acordo com o gerente de planejamento do Siv-Solo, major Leonardo Santana, a invasão já havia sido erradicada em agosto do ano passado, mas os moradores voltaram. A área, denominada Aguilhada, deveria ser uma colônia agrícola. Apenas pessoas que moravam na região até julho de 1998 poderiam permanecer na área. O loteamento do terreno era proibido.

— Além de ser terra pública, a área é de preservação permanente. Existem córregos e nascentes na região e os morado-

res começaram a desmatar e construir em espaços onde ficavam árvores como eucaliptos, prejudicando o meio ambiente — disse o major Santana.

No ano passado, o Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água) tentou recuperar a área por meio de reflorestamento, mas os invasores derrubaram e construíram mais barracos.

Os moradores alegaram que 270 famílias estavam instaladas na região. Elas usavam

Os Invasores não esboçaram qualquer reação e até ajudaram as equipes do governo

um banheiro comunitário e cavaram poços para pegar água. A energia elétrica era dividida com um chacareiro da região. As gambiarras vinham do poste de uma chácara vizinha e a conta era dividida entre o chacareiro e os invasores, que pagavam cerca de R\$ 0,80, cada família, no fim do mês.

Caminhões e ônibus foram

colocados à disposição dos moradores para levar a mudança. Apesar de pacíficos, o líder dos invasores da Aguilhada, Luís Araújo de Souza, 53 anos, apresentou uma liminar para evitar a derrubada. Porém, o documento não tinha validade. Luís afirmou que as famílias estão na invasão há oito meses.

— As famílias estão jogadas e muitas não têm para onde ir. A terra é pública, mas entramos com pedido na Justiça para ganharmos o direito de posse, assim como acontece com sem-terras. Somos produtores e estávamos ali plantando e criando animais — afirmou.

Luís disse que os moradores aguardavam chamado na

Justiça para decidir o que será feito com os moradores, mas não receberam resposta.

Segundo o major Santana, a Procuradoria Geral do DF informou que não havia nenhum impedimento judicial para a derrubada. Os barracos começaram a ser desmontados por volta de 11h30 e a ação continuou até o fim da tarde.



Em meio à confusão, criança tenta salvar alguns objetos da ação trator usado na derrubada